

Universidade de Brasília (UnB)  
Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade (FACE)  
Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais (CCA)  
Graduação em Ciências Contábeis

Elisa Cristina Baptista de Andrade

DETERMINANTES DA APLICAÇÃO DO CPC 29 NAS EMPRESAS BRASILEIRAS  
LISTADAS NA BM&FBOVESPA

Brasília, DF  
2016

Professor Doutor Ivan Marques de Toledo Camargo  
Reitor

Professora Doutora Denise Bomtempo Birche de Carvalho  
Decana de Pesquisa e Pós-graduação

Professor Doutor Roberto de Goes Ellery Junior  
Diretor da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade

Professor Doutor José Antônio de França  
Chefe do Departamento de Ciências Contábeis

Professora Diana Vaz de Lima  
Coordenadora de Graduação – Diurno

Professor Doutor Marcelo Driemeyer Wilbert  
Coordenador de Graduação – Noturno

Elisa Cristina Baptista de Andrade

DETERMINANTES DA APLICAÇÃO DO CPC 29 NAS EMPRESAS BRASILEIRAS  
LISTADAS NA BM&FBOVESPA

Trabalho de Conclusão de Curso (Artigo) apresentado ao Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de Brasília como requisito à conclusão do curso de bacharelado em Ciências Contábeis.

Orientador:

Prof. Jomar Miranda Rodrigues

Linha de pesquisa:

Contabilidade e Mercado Financeiro

Área:

Contabilidade Financeira

Brasília, DF

2016

Andrade, Elisa.

Determinantes da aplicação do CPC 29 nas empresas brasileiras listadas na Bm&FBovespa. – Brasília, CCA/UnB, 2016.

Orientador: Jomar Miranda Rodrigues

Trabalho de Conclusão de curso (Artigo – Bacharel em Ciências Contábeis) – Universidade de Brasília, 2016.

Convergência Contábil. Ativos Biológicos. Produtos Agrícolas. CPC 29

À minha família, por sempre se mostrarem presentes nos meus caminhos, incentivando, aconselhando e acreditando em mim. Ao meu pai, José Luiz Roveré, pelos valores ensinados e por ser o meu maior exemplo de vida. À minha avó, Loanda Roveré, por todo o carinho, paciência e amor. Por fim, dedico a Alexandre Dantas (*In Memoriam*) pela ajuda e ensinamentos que levarei pra sempre comigo.

Elisa Cristina Baptista de Andrade

## **AGRADECIMENTOS**

Primeiramente, gostaria de agradecer à minha família por todo apoio recebido durante todos esses anos, especialmente a José Luiz Roveré, Loanda Roveré e Walter Ximenes Júnior, me ensinando todos os dias sobre a importância dos estudos e da dedicação, sempre me acompanhando nos melhores e piores momentos, sendo um dos meus motivos de sempre querer seguir a diante.

Ao professor Jomar Miranda Rodrigues, que me norteou na produção deste artigo com enorme dedicação e, principalmente, paciência. As reuniões foram relevantes para minha evolução acadêmica e pessoal. Agradeço por todas as horas de orientação, este artigo não seria possível sem seu conhecimento e apoio.

Em toda minha jornada acadêmica, fui agraciada com verdadeiros amigos que foram fundamentais para que este sonho se tornasse realidade. Meus mais sinceros agradecimentos a Mathews Michels, Alexandre Dantas, João Carvalho, Bernardo Brix, Caio Ernani, Roberto Maniatakis, Matheus Medeiros, Elizeu Junior, Filipe Salles, Daniel Satriano, Marcelo Bulhões, Daniel Mendonça, Thomás Caixeta, Letícia Amaral, Lucas Daher, Anthony Musgrove, Pablo Machado e Matheus Araújo, que de alguma forma puderam me auxiliar em algum momento da faculdade e na vida.

A todos que, direta ou indiretamente, tiveram participação na minha formação, os meus sinceros agradecimentos.

## RESUMO

Devido ao crescente cenário de globalização atual, onde negociações e mercados exteriores tornam-se cada vez mais comuns, surge a necessidade de uma linguagem universal contábil. As normas de IFRS tornam-se o principal instrumento de padronização contábil na busca pela solução dos problemas de compreensão entre gestores, *stakeholders* e demais usuários das demonstrações contábeis, reduzindo-se a assimetria de informações. O Brasil, ao assumir posição favorável à adesão das novas normas de contabilidade, inicia o chamado “processo de convergência”, devendo assim adequar suas informações ao padrão internacional e inserindo-se cada vez mais ao cenário global. Diante do apresentado, este trabalho busca compreender e analisar o processo de convergência em empresas brasileiras, com foco específico à norma CPC 29, baseada no IAS 41, que trata da contabilização e divulgação de ativos biológicos e produtos agrícolas. Apesar da evidente importância do setor agropecuário para o Brasil e para o resto do mundo, o cumprimento à esta norma contábil é um assunto pouco tratado em pesquisas nacionais, de forma que o objetivo desta pesquisa é identificar o nível de conformidade das demonstrações contábeis de uma amostra de 38 empresas brasileiras listadas na Bm&FBovespa, no que se refere à divulgação adequada de suas informações, desde o primeiro ano de vigência da nova norma (2010) até as demonstrações mais recentes (2014). O artigo se propõe a averiguar a possibilidade de um progresso crescente na divulgação destes papéis com o passar dos anos e identificar quais seriam os fatores que determinam a melhor publicação destes relatórios. Para tal, foram analisadas 5 variáveis que poderiam justificar o que leva uma entidade a divulgar seu relatório com maior ou menor conformidade à norma, sendo eles: A intensidade dos ativos biológicos nas empresas, a concentração de propriedade, o porte da companhia, o tipo de auditoria e o grau de internacionalização das entidades. O estudo conclui que existe ainda uma alta deficiência na divulgação das informações contábeis das empresas, as quais não atendem adequadamente as normas exigidas pelo pronunciamento contábil 29. A pesquisa averiguou que a média de conformidade das empresas brasileiras de agronegócios beira apenas os 46,35%, onde se identificou que os determinantes das práticas de divulgação no Brasil englobam o porte da empresa e o tipo de auditoria. Os resultados apontam que é essencial um maior empenho por parte dos gestores destas companhias na evidenciação de seus ativos, que ainda possuem baixos níveis de adequação às exigências internacionais.

**Palavras-chaves:** Convergência Contábil. Ativos Biológicos. Produtos Agrícolas. CPC 29.

## ABSTRACT

Due to the growing scene of current globalisation, where negotiations and foreign markets become more and more common, comes the need for a universal accounting language. The rules of the IFRS become the main tool of accountable standardisation in the search for a solution to the problem of communication between managers, stakeholders and other users within the accounting world, thus reducing the asymmetry of information. By favouring the new rules for general accounting, Brazil is pushing forward the “converging process”, in which it has to adhere its data to the new international standard and by doing so, insert itself into the global scene. Before the following, this paper looks to comprehend and analyse the convergence process in Brazilian companies, with specific focus on the CPC 29, based on the IAS 41, which deals with the accounting and disclosure of biological active agents and agricultural products. Despite the evident importance of the agricultural sector to Brazil and to the rest of the world, the compliance to accountable rule, it is a subject barely touched by national researchers, in such a way that the objective of this research paper is to identify the level of conformity of accounting statements from a sample of 38 Brazilian companies listed in the Bm&FBovespa, referring to the adequate disclosure of their information, from the first year of coverage periods within the new standards (2010) until most recent statements (2014). The article proposes to check for the possibility of a growing progression in the disclosure of these papers throughout the years and identify the factors that determine the best publication of these reports. For this, 5 variables that could justify what leads an entity to divulge its report with more factors inline or out of line with the new standards were analysed. They are: the intensity of active biological agents in the companies, the concentration of properties, the total number of active properties within the company, the type of auditing and the degree of internationalisation of the entities. The study concluded that there is still a high level of deficiency in the disclosure of accountable information from the companies, that do not adequately meet the requirements demanded by accounting pronouncement 29. The study verified that the average level of conformity from the Brazilian companies related to agricultural business borderlines only 46,35%, where it was found that the determining disclosure practices in Brazil englobe the intensity of the active biological agents, the concentration of properties and the type of auditing. The results show that a greater effort by part of the managers of these companies in the disclosure of their active assets, which still possess low levels of adequacy before the international demands.

**Keywords:** International Convergence. Biological Assets. Agricultural Products. CPC 29.



## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

**PIB:** Produto Interno Bruto

**CPC:** Comitê de Pronunciamentos Contábeis

**IFRS:** *International Financial Reporting Standards*

**IAS:** *International Accounting Standard*

**BM&FBovespa:** Bolsa de Valores do Estado de São Paulo

**IASB:** *International Accounting Standards Board*

**Brasil GAAP:** *Brasil Generally Accepted Accounting Principles*

**CVM:** Comissão de Valores Mobiliários

## SUMÁRIO

RESUMO.....	5
ABSTRACT.....	6
1 INTRODUÇÃO.....	9
2 ESTRUTURA DO TRABALHO.....	11
3 REFERENCIAL TEÓRICO.....	12
3.1 Convergência e o Processo de Evidenciação das Informações Contábeis.....	12
3.2 Padrão Brasileiro para Ativos Biológicos: CPC 29.....	14
4 ABORDAGEM METODOLÓGICA E AMOSTRA.....	17
4.1 Amostra e Coleta de Dados.....	17
4.2 Do Estudo das Variáveis.....	19
5 ANÁLISES E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS.....	22
5.1 Análise Descritiva.....	22
5.2 Modelo De Regressão.....	25
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	27
REFERÊNCIAS.....	29

## 1 INTRODUÇÃO

O agronegócio é conhecido como um dos setores mais competitivos da economia brasileira, representando cerca de 20% do PIB, o equivalente ao valor de 1 trilhão de reais. Pode-se afirmar que sem a atividade agropecuária, a balança comercial brasileira sofreria com grandes perdas, já que 41% das exportações originam-se do campo (PRATES, 2014).

A sua relevância para cenário nacional e crescente avanço do setor agrícola torna cada vez mais evidente a necessidade de demonstrações contábeis transparentes, claras e que não gerem assimetrias de informações entre seus usuários nacionais ou internacionais. Para tal, são cada vez mais exigidas que as demonstrações passem a adotar um novo procedimento contábil harmônico com o mundo, universalizando a linguagem dos negócios, podendo ser compreendida globalmente (MOLIGA, 2012). Assim, as empresas iniciam o processo de convergência de suas demonstrações às normas internacionais, que passam a ser introduzidas no Brasil por meio das Leis 11.638/07, 11.941/09 e, por fim, pelos pronunciamentos contábeis devidamente emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

Os pronunciamentos exigidos pelo CPC foram emitidos com base nas normas internacionais do *International Financial Reporting Standards* (IFRS) a partir de 2007. No entanto, o CPC 29, que determina o tratamento contábil de ativos biológicos e produtos agrícolas, teve como primeiro ano de sua vigência o ano de 2010 e, desde então, se observam mudanças na evidenciação destes ativos.

As empresas de agronegócio, detentoras de ativos biológicos, estão inseridas em um setor em que, até o pronunciamento emitido pelo CPC, o controle contábil não era comum de ser encontrado, uma vez que muitas destas empresas eram de pequeno porte ou possuíam a característica de entidades familiares. A criação do CPC trouxe como uma grande inovação o incentivo para que essas entidades adequassem suas demonstrações aos padrões IFRS, atendendo usuários internos e externos (SILVA *et al.*, 2013).

O novo método de avaliação dos ativos biológicos e produtos agrícolas foi umas das alterações mais significativas ocorridas em consequência da adoção da nova exigência contábil. Estes ativos deixaram de ser mensurados a custo histórico e passaram a ser avaliados por seu valor justo, que é a forma de avaliação definida pela própria norma como o “valor pelo qual um ativo pode ser negociado, ou um passivo liquidado, entre partes interessadas, conhecedoras do negócio e independentes entre si” (CPC 29, 2010).

Zanin *et al.* (2012) observou em seu trabalho que a falta de utilização de uma norma contábil em propriedades rurais, deve-se em boa parte a mentalidade conservadora dos produtores deste setor, de forma que a contabilidade é utilizada unicamente visando fins de fiscalização. Isso passou a mudar com a publicação da *International Accounting Standard* (IAS) 41 – *Agriculture* que foi a norma responsável pela iniciação do processo de convergência das demonstrações contábeis no setor agrícola, servindo de base para a elaboração do CPC 29 no Brasil. Desde a implementação das normas IAS 41 e CPC 29, diversos estudos observaram mudanças na maneira de evidenciar ativos biológicos e produtos agrícolas.

No âmbito nacional, constam pesquisas quanto à conformidade destes requisitos, podendo-se destacar o trabalho de Silva, Figueira, Pereira e Ribeiro (2013) em que estes estudaram uma amostra de empresas de capital aberto e fechado, detentoras de ativos biológicos, analisando sua conformidade com os requisitos no ano de 2010. Os autores constataram que as exigências são seguidas apenas parcialmente pelas empresas, porém com forte aderência a mensuração por valor justo.

No que se refere ao âmbito internacional, com foco na norma IAS 41, Lopes e Gonçalves (2013) estudaram quais são os determinantes de divulgação das demonstrações financeiras de 181 firmas de países que adotaram as IFRS, concluindo que o tamanho de uma firma e intensidade dos ativos biológicos de uma empresa são fortes fatores nas práticas de divulgação das informações.

Diante do contexto apresentado, esta pesquisa se propõe responder a seguinte questão: **“Quais os fatores determinantes do grau de conformidade de evidenciação dos ativos biológicos por empresas brasileiras?”**.

O objetivo geral deste estudo consiste em identificar quais os determinantes da divulgação dos ativos biológicos em entidades brasileiras listadas na bolsa de valores de São Paulo. Para tal, o objetivo específico do estudo consiste em analisar a evolução ocorrida desde o primeiro ano de vigência do CPC em 2010 até o ano de 2014.

Busca-se averiguar a ocorrência, ou não, de uma evolução na utilização das exigências de divulgação das empresas de agronegócios listadas na BM&FBovespa, avaliando o decorrer dos anos de cada empresa especificamente e agrupando seus resultados finais, de forma que por meio dos dados obtidos por esta análise seja possível identificar os determinantes desta divulgação.

## 2 ESTRUTURA DO TRABALHO

O presente trabalho possui a estrutura seguinte:

No Capítulo 3, é apresentada a contextualização da pesquisa. De forma que esta seção foi dividida em dois referenciais teóricos, onde trata, na seção 3.1, sobre a convergência e o processo de evidenciamento das informações contábeis e, na seção 3.2, sobre o padrão brasileiro para ativos biológicos, o CPC 29.

No capítulo 4, é tratada a abordagem metodológica para a pesquisa e a amostra abordada. Este capítulo divide-se em duas seções: a 4.1 e 4.2, que evidenciam a amostra e coleta de dados utilizadas como base para o trabalho e a análise das variáveis escolhidas na pesquisa, respectivamente.

O capítulo 5, dá ênfase à análise e à discussão dos resultados identificados na pesquisa. De forma que os resultados encontrados foram evidenciados na seção 5.1, que demonstra os resultados descritivos do trabalho, e na seção 5.2, que apresenta as determinantes de divulgação identificadas por meio do modelo de regressão.

O capítulo 6, revela as considerações finais da pesquisa, bem como apresenta as recomendações para trabalhos posteriores.

### 3 REFERENCIAL TEÓRICO

Nesta seção buscou-se apresentar a contextualização teórica do trabalho, onde evidenciam-se os principais estudos e conceitos relativos ao tema da pesquisa. Assim, este capítulo buscou aprofundar-se em temas como a convergência e o processo de evidenciação das informações contábeis e o padrão brasileiro para ativos biológicos: CPC 29.

#### 3.1 Convergência e o processo de evidenciação das informações contábeis

A convergência às normas internacionais se deve às mudanças no mercado financeiro ocasionadas pelo processo de globalização, que acabou por gerar novas necessidades ao mercado mundial, afetando diretamente a contabilidade que, como parte do mecanismo que alicerça os negócios e o mercado de capitais, tende a acompanhar os movimentos da globalização e se adequar às novas realidades (CARVALHO *et al.*, 2012).

O avanço global permitiu o surgimento do IASB (*International Accounting Standards Board*), sendo um órgão comprometido com o desenvolvimento de normas contábeis de alta qualidade, compreensíveis e mundialmente aceitas baseadas em princípios articulados. Conhecidas por *International Accounting Standard* (IAS), ou *International Financial Reporting Standards* (IFRS), estas normas servem de apoio para a publicação adequada dos relatórios financeiros das entidades que, por sua vez, devem fornecer relatórios financeiros sobre a entidade que atendam todos os seus usuários, de forma que estas informações sejam úteis na tomada de decisões quanto à oferta de recursos à entidade (IFRS, 2012).

A convergência das demonstrações contábeis se expandiu por diversos países. Na Europa, por exemplo, este processo se deu no início de 2005, quando todas as empresas listadas da União Europeia foram requeridas a apresentar suas demonstrações sob os padrões de IFRS. Hung e Subramanyam (2007) analisaram os efeitos da adoção das IFRS nas demonstrações contábeis de companhias alemãs entre os anos de 1998 a 2002, constatando que os valores de ativos totais e resultados líquidos foram significativamente maiores sob os padrões do IASB do que nos antigos padrões alemães.

Além da Alemanha, outros pesquisadores buscaram analisar os impactos da adoção de IFRS em seus territórios, como é o caso da Espanha. Os autores Callao, Jarne e Laínez (2007) buscaram determinar estes efeitos no país e sua relevância nos relatórios de companhias espanholas, comparando as demonstrações publicadas em 2004 com outras regras

internacionais e avaliando as diferenças estatisticamente. Os resultados apontam diferenças significativas e positivas entre as demonstrações espanholas que seguem os padrões internacionais das demais demonstrações que não se utilizam dos padrões IFRS.

O Brasil se enquadra no modelo de sistema de legislação *Code Law*, derivado do direito romano, que determina que todas as ações devem estar previstas em lei. Anteriormente ao processo de convergência, as regulamentações contábeis eram regidas exclusivamente pelos poderes executivo e legislativo, de forma que os usuários da informação não possuíam participação nas tomadas de decisão. O Estado era praticamente absoluto no processo de regulamentação contábil, isso explica o fato de a contabilidade no Brasil, até antes do processo de convergência, ser normatizada pela Lei 6.404/76, Código Civil e Banco Central (MARTINS; MARTINS; MARTINS, 2007).

Apesar do sistema *Code Law* brasileiro, sempre existiu um interesse em tornar as normas aplicadas no Brasil próximas as internacionais. O Banco Central e a CVM emitiram deliberações (273/98 e 371/2000) e uma circular (3068/01) que contribuíram para a convergência. No entanto, o passo mais importante, que significou o interesse pelo padrão IFRS, foi a emissão da resolução nº 1055/05 pelo CFC (Conselho Federal de Contabilidade) que determinou a criação do CPC – Comitê de Pronunciamentos Contábeis (COSTA *et. al*, 2011).

A adoção das normas internacionais fortaleceu a transparência das informações contábeis, reduzindo as incertezas quanto à situação econômico-financeira das entidades. Também foi responsável pela melhora da oportunidade de empresas brasileiras estarem inseridas em Bolsas de Valores internacionais. No entanto, a adoção efetiva expõe algumas dificuldades. Uma dificuldade evidente trata-se da falta de capacitação em matéria de IFRS dos docentes que, em consequência disso, interfere na preparação acadêmica dos alunos. A cultura de *Code Law* também gera atritos quanto à mudança comportamental dos brasileiros, uma vez que as normas internacionais se baseiam em princípios e não em leis. Além disso, a implementação de novos conceitos como “*fair value*” e “*impairment*” levam tempo de absorção e compreensão (NIYAMA e TIBÚRCIO, 2013, p. 56-58).

Lemes e Carvalho (2004) partiram de relatos de empresas brasileiras que afirmaram possuírem dificuldades e altos consumos de recursos, como tempo e dinheiro, na prestação de informações aos padrões internacionais, e realizaram análises comparativas das IAS em relação ao padrão anteriormente aplicado no país (Brasil GAAP). Constataram que a adoção das IFRS gerou resultados positivos para a empresa analisada, com aumentos significativos

no lucro do período e no patrimônio líquido de 93,3% e 4,5%, respectivamente, com aumentos da receita da empresa em aproximadamente R\$ 995 mil reais e de patrimônio líquido de R\$ 1,7 milhões.

No Brasil, a obrigatoriedade da adoção em *full* IFRS das informações contábeis das empresas se iniciou em 2010. Gonçalves *et al.* (2014) realizaram uma análise dos impactos desta obrigatoriedade nos anos de 2009, último ano de utilização da antiga norma brasileira, e 2010. As conclusões desta pesquisa evidenciaram que o processo de convergência gerou um impacto estatisticamente significativo em relação ao antigo padrão, demonstrando que as informações contábeis em IFRS foram mais relevantes do que aquelas apresentadas em padrões brasileiros na amostra estudada pelos autores. Isso pode ter ocorrido pelo fato de que as IFRS são mais voltadas ao mercado de capitais e por serem produzidas baseadas em princípios, e não em leis.

### **3.2 Padrão brasileiro para Ativos Biológicos: CPC 29**

O acelerado crescimento da globalização foi essencial para tornar a contabilidade uma linguagem única para efetiva compreensão dos negócios em âmbito mundial, tornando a adoção de um método contábil de normas unificadas um mecanismo necessário para o bom funcionamento deste novo tipo de mercado. Desta forma as IFRS foram criadas pela organização internacional IASB que deve formular e divulgar as IFRS de forma que a sua aplicação no ambiente contábil venha a ser útil ao que demandam seus usuários. Diante das mudanças ocorridas, as empresas brasileiras passaram a emitir suas demonstrações com base no padrão internacional divulgado pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis. (SCHERCH *et al.*, 2013)

Em agosto de 2009, O CPC emitiu ,mo pronunciamento contábil de número 29, baseado na IAS 41 – *Agriculture*, que trata dos ativos biológicos e produtos agrícolas, definindo o tratamento contábil e a forma de divulgação destes ativos. A partir daí, a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) tornou obrigatória a aplicação do CPC para entidades de capital aberto, inclusive exigindo a revisão dos papéis de 2009 para fins de comparação. (YOSHITAKE *et al.*, 2015).

O CPC 29 trouxe relevantes mudanças ao setor agropecuário. O que antes era um setor com pouca tradição de preparação de suas demonstrações, mesmo sendo um campo de grande importância ao comércio internacional e a economia nacional, hoje possui uma série de



normas e definições dadas pela norma. A forma de mensuração, reconhecimento e avaliação dos ativos biológicos eram pontos que geravam dificuldades antes da emissão do CPC 29, visto que estes não possuíam um tratamento específico que abrangesse estes tipos de ativos, o que gerava informações não fidedignas à realidade. (CARVALHO *et al.*,2013)

Os próprios conceitos de ativo biológico e produto agrícola geravam dúvidas aos geradores de informação. Assim, a norma (CPC) 29 divulga o seguinte quadro explicativo:

**Quadro 1:** Exemplificação de Ativos Biológicos e Produtos Agrícolas Conforme CPC 29

Ativos biológicos	Produto agrícola	Produtos resultantes do processamento após a colheita
Carneiros	Lã	Fio, tapete
Árvores de uma plantação	Madeira	Madeira serrada, celulose
Plantas	Algodão	Fio de algodão, roupa
	Cana colhida	Açúcar, álcool
	Café	Café limpo em grão, moído, torrado
Gado de leite	Leite	Queijo
Porcos	Carcaça	Salsicha, presunto
Arbustos	Folhas	Chá, tabaco
Videiras	Uva	Vinho
Árvores frutíferas	Fruta colhida	Fruta processada

Fonte: CPC 29 (2009)

Segundo Martins *et al.* (2014), a nova norma trouxe alterações relevantes na mensuração destes bens, anteriormente mensurados a custo histórico, agora sendo mensurados a valor justo. Os autores acreditam que o valor justo seja responsável pela avaliação fidedigna à realidade, de forma que seu trabalho buscou analisar se as informações contábeis, agora avaliadas a valor justo, apresentam evidências de mensuração confiáveis na perspectiva interna das empresas e do mercado de capitais brasileiro, concluindo que a mensuração a valor justo é de fato confiável ao mercado e à perspectiva interna das empresas brasileiras.

Einsweiller e Fischer (2013) analisaram as demonstrações de 2009 a 2011 de uma empresa de celulose e papel de Santa Catarina identificando os efeitos da adoção do valor justo aos saldos contábeis de ativos biológicos nesta empresa. Por fim, puderam constatar ganhos de 20,1% aos valores de ativos biológicos da empresa, resultados de R\$ 31,7 milhões nos três anos avaliados e um aumento do patrimônio líquido de aproximadamente 830% ao final do exercício de 2011.

A alteração do método de avaliação destaca-se por ser a mudança mais evidente na nova contabilização. Estes ativos possuem características específicas e estão sujeitos a constantes mudanças durante a sua vida útil, sendo necessárias contínuas avaliações. Além das avaliações evidenciarem o real valor econômico destes bens, nota-se que estas produzem ganho econômico para a entidade, devendo ser reconhecido como receita na Demonstração de Resultados da empresa enquanto o produto não for realizado (MARION, 2012).

Países de diversas culturas e métodos contábeis distintos passaram a adotar um único padrão para que o acesso e compreensão da informação contábil pudesse ser útil à tomada de decisão em empresas agrícolas. Este processo leva tempo e adaptação. No entanto, apesar das dificuldades, os resultados da adoção da IAS 41 aparentaram trazer resultados positivos. Foi o caso de uma empresa de produtos florestais da Suécia que em apenas um ano conseguiu dobrar o valor de suas propriedades florestais (Svenssoon, 2004, *apud* Burnside, 2005, p. 6).

Pires e Rodrigues (2008) analisaram a importância de adaptar a IAS ao setor agrícola português. Entre as dificuldades encontradas no processo de implementação, estes citam o número alto de empresas familiares no setor, em que muitas vezes são controladas por pessoas de idade e pouca receptivas a mudanças administrativas. Apesar disso, há empresas de grande porte, sendo estas as empresas que devam adotar urgentemente os novos modelos normativos. O estudo reconheceu a necessidade de adoção da norma, já que os conceitos como “ativo biológico” e “produtos agrícolas” geram dúvidas para algumas empresas. No entanto, diferente de muitos trabalhos, os autores creem que a mensuração a valor justo não deva ser utilizada como modelo de referência, já que esse sempre levantará problemas de alguma complexidade, o que faz com que os autores acreditem que o melhor método de avaliação seja pelos valores de custo da formação dos ativos, crescimento e colheita.

## 4 ABORDAGEM METODOLÓGICA E AMOSTRA

Neste capítulo, serão apresentadas as partes referentes à metodologia da pesquisa, coleta de dados e análise das variáveis, divididas em duas seções: 4.1 amostra e coleta de dados e 4.2 do estudo das variáveis.

### 4.1 Amostra e Coleta de Dados

A pesquisa foi realizada baseada em uma amostra de 34 empresas nacionais de agronegócio listadas na BM&FBovespa das quais espera-se identificar os determinantes de divulgação dos ativos biológicos nos primeiros cinco anos de implementação da norma CPC 29 no Brasil. Marconi e Lakatos (2007, p. 223) esclarecem que uma amostragem só ocorre quando a pesquisa não abrange a totalidade dos componentes do universo, surgindo a necessidade de investigar apenas uma parte dessa população.

As empresas que serviram de amostra foram selecionadas por meio do código WS18277, aplicado ao Eikon Reuters®, que é o código responsável por listar as empresas de capital aberto brasileiras detentoras de ativos biológicos. No entanto, quatro empresas precisaram ser retiradas da amostra por limitação de disponibilidade de dados, de forma que a princípio a amostra abordava uma quantidade de 38 entidades sendo reduzidas para uma amostra de 34 companhias. As empresas retiradas foram estas:

- Cia Cacique de Café;
- Companhia Melh;
- Companhia;
- Empresa Nacional.

A Cia. Cacique de Café foi retirada da amostra, pois suas demonstrações contábeis nos cinco anos estudados não foram encontradas em seu endereço virtual, nem mesmo no endereço virtual da BM&FBovespa. As demais companhias foram excluídas, pois, ao inserir o código WS18277 no *software* Eikon Reuters®, as entidades foram descritas com seus nomes incompletos, de forma que não foi possível identificar quais são estas companhias. As demonstrações da Companhia Biosev S/A nos anos de 2010 e 2011 não foram encontradas, porém esta não foi retirada da amostra, já que os demais anos foram devidamente identificados.

Após os ajustes realizados na amostragem, as 34 empresas escolhidas para análises foram as apresentadas no Quadro 2 abaixo:

**Quadro 2:** Empresas detentoras de ativos biológicos selecionadas para amostra

1.	BRF S.A.	18.	Suzano Papel
2.	JBS S.A.	19.	Battistella Admin
3.	Vanguarda Agro	20.	Klabin S.A.
4.	Evora S.A.	21.	Grazziotin S.A.
5.	Duratex S.A.	22.	Odontoprev Sa
6.	Eucatex S.A. Indústria	23.	Magnesita Refrat
7.	Alupar Invest	24.	Randon S.A. I
8.	Neoenergia	25.	Siderurgica J.L.
9.	Weg S.A.	26.	Gerdau S.A.
10.	Biosev S.A.	27.	Metalúrgica Gerdau
11.	Brasilagro Cia. Bras	28.	Trevisa
12.	Cosan S.A. Indústria	29.	São Martinho S.A.
13.	Marfrig Global Foods	30.	SLC Agrícola S.A.
14.	Suzano Holding S.A.	31.	Tereos Internacional
15.	Celulose Irani S.A.	32.	Karsten S.A.
16.	Fibria Celulose S.A.	33.	Cia. Ind Schlosser
17.	Buettner S.A.	34.	Wembley Sociedade

**Fonte:** Elaboração própria da autora.

Realizou-se uma análise qualitativa das demonstrações financeiras de 2010 a 2014 das empresas listadas no quadro 2. Günther (2006) afirma que a pesquisa qualitativa se dá por meio da análise de textos que, nas diferentes técnicas analíticas, possuem interpretações hermenêuticas. Porém, este trabalho também possui características de pesquisa quantitativa. Gehardt e Silveira (2009 apud. POLIT *et al.*, 2004, p. 36) salientam que a pesquisa quantitativa realiza a análise do conteúdo por meio de dados numéricos através de procedimentos estatísticos enfatizando a objetividade. Para Angelo (2013, p. 9 apud. Fonseca, 2002, p. 20) a utilização dos dois métodos de pesquisa permite obter mais informações do que se poderia se apenas um método fosse proposto isoladamente.

Criou-se uma tabela, denominada Tabela de Exigências, baseada nas determinações de divulgação listadas pelo CPC 29, utilizada como *check-list* para devida análise das notas explicativas das empresas da amostra. O *check-list* foi aplicado às notas, dividido em 4 setores, sendo eles: “Exigências gerais” (aplicado em companhias que divulgarão seus ativos

por valor justo), “divulgação adicional para ativos biológicos caso valor justo não possa ser mensurado e forma confiável”, “caso a entidade possua subvenção governamental” e “itens recomendados pela norma”. Em cada item dos setores foi analisado o devido atendimento ou não à norma nas demonstrações contábeis de cada entidade.

Para cada item cumprido, aplicou-se a numeração 1, porém para cada item em que a companhia não apresentou conformidade ao CPC, aplicou-se a numeração 0. Todos os itens presentes nos quatro setores do *check-list* possuem a mesma importância, de forma que, ao final de toda a análise dividiu-se os valores encontrados pelo número de itens de divulgação que se aplica na empresa analisada. Por exemplo, empresas mensuradas a valor justo não podem ter sua pontuação reduzida pelo segundo setor da tabela que é aplicável apenas em caso de empresas que divulgaram seus ativos biológicos com outro tipo de mensuração. Assim, obteve-se a seguinte fórmula:

$$Index_{it} = \frac{\sum_{it=1}^n d_{it}}{n}$$

Onde:

- $Index_{it}$ : Indicadores obtidos nos balanços, conforme exigências do CPC 29;
- $d_{it}$ : Será 0 para todo item da norma não cumprido e será 1 para todo item da norma que for devidamente cumprido na demonstração financeira.
- $n$ : Quantidade total de itens de divulgação aplicáveis à empresa.

## 4.2 Do Estudo das Variáveis

Os resultados obtidos foram puderam identificar a variável dependente deste estudo, nomeada  $Index_{it}$ , que representa o índice de divulgação das notas explicativas. Com isto o seguinte modelo foi especificado com finalidade de determinar os determinantes de divulgação das demonstrações financeiras:

$$Index_{it} = \beta_0 + \beta_1 IAB_{it} + \beta_2 C_{it} + \beta_3 LOG(TA)_{it} + \beta_4 Audit_{it} + \beta_5 GI_{it} \quad (1)$$

Em que:

$IAB_{it}$ : Intensidade do ativo biológico;

$C_{it}$ : Concentração de propriedade;

$LOG(TA)_{it}$ : Porte da empresa;

$Audit_{it}$ : Auditoria pelas *Big Four*;  
 $GI_{it}$ : Grau de internacionalização.

As variáveis independentes utilizadas neste estudo foram escolhidas baseadas no estudo de Gonçalves e Lopes (2014) e encontram-se detalhadas a seguir:

- $\beta_1$ :  $\frac{\text{Ativo Biológico}}{\text{Total de Ativos}}$

Esta variável identifica a intensidade de ativos biológicos da empresa. Para que esta pudesse ser obtida, foram realizadas buscas no *Eikon Reuters*® de dois códigos, sendo eles: WC18277 (*Biological Assets*) e WC02999 (*Total Assets*). O código WC18277 fornece o total de ativos biológicos das entidades, enquanto que o código WC02999 informa o total de ativos destas empresas. A intensidade dos Ativos Biológicos foi calculada dividindo-se o total de ativos biológicos pelo total de ativos das empresas nos anos de 2010 a 2014, obtendo-se assim o percentual de intensidade destes ativos nas companhias presentes em amostra.

- $\beta_2$ :  $\frac{\text{Ações Mantidas na Empresa}}{\text{Total de Ações no Mercado}}$

A variável  $\beta_2$  indica a concentração de propriedade de uma companhia. Os dados referentes à esta variável foram obtidos por meio dos códigos WC05474 (*Closely Held Shares-Current*) e WC05302 (*Com Shares Outstanding-Current*), aplicados ao *software Eikon Reuters*®. O código WC05474, representando os valores de ações mantidas na empresa, foi dividido pelo total de ações no mercado (WC05302).

- $\beta_3$ : **Log (Ativo)**

Esta variável representa o porte da companhia analisada. O código WC02999 (*Total Assets*), anteriormente utilizado como método de obtenção do valor de intensidade de ativos biológicos na variável  $\beta_1$ , tornou-se uma nova variável, para que se busque compreender se o tamanho de uma empresa (identificado por meio do seu total de ativos) possui relação direta com o nível de divulgação de suas demonstrações. Para que a análise dos dados se desse de forma mais simplificada, optou-se por calcular o logaritmo do total de ativos apresentados em cada ano e entidade.

- $\beta_4$ : **Auditoria**

Esta variável foi analisada de forma que se busque averiguar se uma empresa de auditoria de grande porte (*Big Four*) possui correlação direta no nível de conformidade da divulgação conforme a norma CPC 29. A fase de obtenção desta variável se deu por meio da análise individual dos relatórios contábeis da amostra. Para cada entidade analisada, identificou-se qual a empresa responsável pela realização dos trabalhos de auditoria de suas demonstrações contábeis em cada ano estudado. Para cada *Big Four* identificada, o resultado era apresentado pela numeração 1, enquanto que quando a auditoria não fosse realizada por essas empresas aplicou-se a numeração 0. Neste caso, portanto, trata-se de uma variável *dummy* em que as auditorias consideradas *Big Four* foram PWC, KPMG, Ernst and Young e Deloitte Touche Tohmatsu.

- **β5: Grau de Internacionalização**

A última variável escolhida para o estudo trata-se do grau de internacionalização das empresas. Este grau foi medido por meio do código WC08731 (*Foreign Sales % Total Sales*), aplicado no *Eikon Reuters*®, que indica o percentual de vendas para o exterior sobre o total de vendas de cada companhia. Assim, a análise buscou compreender se a divulgação foi mais precisa para entidades com maiores vendas para o exterior do que em relação a empresas que não possuem o grau de internacionalização tão evidente.

## 5 ANÁLISES E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Esta seção identifica quais foram os resultados encontrados por meio das análises das notas explicativas e das variáveis, dividida em 2 seções: 5.1 análise descritiva e 5.2 modelo de regressão.

### 5.1 Análise Descritiva

A tabela 1 representa os resultados das estatísticas descritivas obtidos nas empresas analisadas:

**Tabela 1:** Estatística Descritiva

Variável	Média	Mediana	Máximo	Mínimo	Desvio-padrão	n
$Index_{it}$	0,4635	0,5400	0,9600	0,0000	0,3167	111
$IAB_{it}$	0,0680	0,0428	0,2664	0,0000	0,0718	111
$C_{it}$	0,4247	0,4995	0,9676	0,0002	0,2684	111
$TA_{it}$	6,7122	6,8294	7,9140	5,0611	0,6853	111
$Audit_{it}$	0,8198	1,0000	1,0000	0,0000	0,3861	111
$GI_{it}$	0,3178	0,2555	0,9313	0,0000	0,2903	111

**Fonte:** Dados Coletados e Eviews.

Com base na tabela 1, observa-se que o Índice de Divulgação ( $Index_{it}$ ) dos ativos biológicos possui uma média de conformidade com a norma de 46,35% (mediada = 54%). A intensidade média de Ativos Biológicos foi de 6,8% (mediana = 4,28. A Concentração dos Ativos Biológicos possui média de 42,47% e mediana de 49,95%, possuindo um valor máximo de 96,76% e mínimo de 0,02%. O Total de Ativos, que representa o porte da companhia, possui média de 6,71%. A variável  $Audit_{it}$  demonstra que das empresas analisadas existe uma média de 81,98% de companhias auditadas por *Big Four*. Por fim, o Grau de Internacionalização das entidades apresentou um percentual máximo de 93,13% e mínimo de 0,00%, sua média foi de 31,78% de vendas para o exterior.

A tabela 2 foi elaborada de forma que evidenciasse o atendimento aos itens de divulgação do CPC 29 em cada empresa nos cinco anos estudados, atentando-se para o cumprimento ou não de cada item da norma de forma que, ao perceber o cumprimento adequado do item, atribuiu-se a numeração 1. E, para itens em que não foi observada a conformidade com a norma, atribuiu-se a numeração 0.



**Tabela 2:** Exigências de divulgação de ativos biológicos conforme CPC – 29

Item	Índices de Divulgação	2010	2011	2012	2013	2014
<i>Exigências gerais</i>						
40	A entidade divulgou o ganho ou a perda do período corrente:	-	-	-	-	-
40	No reconhecimento inicial do ativo biológico?	15	20	21	21	19
40	No reconhecimento inicial do produto agrícola?	14	17	18	18	18
40	Em relação as mudanças decorrentes do valor justo, menos a despesa de venda dos ativos biológicos?	15	18	19	18	18
41	A entidade forneceu uma descrição de cada grupo de ativos biológicos?	15	20	21	19	18
42	A divulgação requerida (Item 41) possui a forma dissertativa?	15	20	21	19	18
42	A divulgação requerida (Item 41) possui a forma quantitativa?	0	0	0	0	0
46	Foram divulgadas a natureza das atividades envolvendo cada grupo de ativos biológicos?	15	20	21	19	18
46	Foram realizadas mensurações ou estimativas não-financeiras de quantidade físicas:	-	-	-	-	-
46	De cada grupo de ativos biológicos no fim do período?	6	9	14	13	14
46	Da produção agrícola durante o período?	3	5	9	10	11
47	A entidade evidenciou o método e as premissas significativas aplicadas na determinação do valor justo:	-	-	-	-	-
47	De cada grupo de produto agrícola no momento da colheita?	13	18	19	18	18
47	E de cada grupo de ativos biológicos?	14	18	19	18	17
48	A entidade divulgou o valor justo, menos a despesa de venda do produto agrícola colhido durante o período, determinado no momento da colheita?	12	18	19	19	17
49	Foi divulgada a existência e o total de ativos biológicos de titularidade legal restrita e o montante dado como garantia?	5	5	8	7	6
49	Foram divulgados o montante de compromissos relacionados com o desenvolvimento ou aquisição de ativos biológicos?	10	10	12	10	8
49	Foram divulgadas as estratégias de administração de riscos financeiros relacionadas à atividade agrícola?	15	15	18	17	17
50	Foi apresentada a conciliação das mudanças no valor contábil dos ativos biológicos entre o início e o fim do período?	13	18	19	17	16
<i>Divulgação adicional para ativos biológicos caso valor justo não possa ser mensurado de forma confiável</i>						
54	Caso a entidade mensure ativos biológicos pelo custo, menos qualquer depreciação e perda no valor recuperável acumuladas, no final do período esta divulgou:	-	-	-	-	-
54	Uma descrição dos ativos biológicos?	2	2	2	2	2
54	Uma explicação da razão pela qual o valor justo não pode ser mensurado de forma confiável?	2	2	2	2	2
54	Se possível, uma faixa de estimativas dentro da qual existe alta probabilidade de encontrar o valor justo?	0	0	0	0	0
54	O método de depreciação utilizado?	1	1	1	1	1
54	A vida útil ou a taxa de depreciação utilizada?	2	3	3	3	3
54	O total bruto e a depreciação acumulada (adicionada da perda por irrecuperabilidade acumulada) no início e fim do período?	1	2	2	2	2
55	Se a entidade mensura os ativos biológicos ao seu custo menos depreciação e perda no valor recuperável acumuladas, esta divulgou qualquer ganho ou perda reconhecida sobre a venda de tais ativos biológicos?	1	1	1	1	1

55	Foi divulgada a conciliação requerida (Item 50) evidenciando o total relacionado com tais ativos separadamente?	2	3	3	3	3
55	A conciliação (Item 50) contém os seguintes montantes incluídos no resultado e decorrentes dos ativos biológicos:	-	-	-	-	-
55	(a) Perdas irrecuperáveis?	1	2	2	3	3
55	(b) Reversão de perdas de valor recuperável?	0	0	0	0	0
55	(c) Depreciação?	1	2	2	2	2
56	Caso o valor justo dos ativos biológicos, mensurados ao custo, menos qualquer depreciação e perda no valor recuperável acumuladas, tenha se tornado mensurável de forma confiável durante o período, a entidade divulgou:	-	-	-	-	-
56	(a) Uma descrição dos ativos biológicos?	0	0	0	0	0
56	(b) Uma explicação da razão pela qual a mensuração do valor justo se tornou mensurável de forma confiável?	0	0	0	0	0
56	(c) O efeito da mudança?	0	0	0	0	0
<b><i>Caso a entidade possua subvenção governamental</i></b>						
57	A entidade realizou as seguintes divulgações:	-	-	-	-	-
57	(a) A natureza e a extensão das subvenções governamentais reconhecidas nas demonstrações contábeis?	7	8	9	8	7
57	(b) As condições não atendidas e outras contingências associadas com a subvenção governamental?	7	8	8	7	6
57	(c) E as reduções significativas esperadas no nível de subvenções governamentais?	7	8	9	8	7
<b><i>Itens recomendados pela norma</i></b>						
43	A entidade forneceu uma descrição da quantidade de cada grupo de ativos biológicos?	6	9	14	13	14
43	A descrição distingue conforme apropriado?	5	8	13	12	13
43	A descrição divulga a base para realizar tais distinções?	5	8	13	12	13
51	Foi divulgado o montante total da mudança no valor justo menos a despesa de venda, incluído no resultado, referente às mudanças físicas e preços de mercado?	15	19	20	18	18
51	Esta informação é apresentada por grupos de ativos biológicos?	12	17	18	16	16

**Fonte:** Elaboração própria da autora, conforme CPC 29

Com base na análise da tabela 2, observa-se que as Exigências Gerais foram os itens mais cumpridos pelas entidades, seguidos das Recomendações dadas pelo CPC. Os itens 46 (divulgação da natureza das atividades envolvendo cada grupo de ativos biológicos) e 40 (reconhecimento inicial do ativo biológico) foram os itens mais divulgados em conformidade à norma entre as companhias, principalmente no ano de 2012.

Por meio da análise da tabela 2, foi possível observar que, em relação à mensuração por valor justo, nota-se que a quantidade de empresas que passaram a utilizar este método na atribuição de valor de seus ativos biológicos foi maior que aquelas que mantiveram outras técnicas de mensuração, tais como a mensuração a valor de custo. Uma vez que os valores

encontrados no setor de Exigências Gerais foram maiores do que aqueles encontrados no setor destinado à empresas que não mensurarão seus ativos por valor justo.

O período que obteve o melhor *score* de cumprimento à norma se deu no ano de 2012, notando-se, inclusive, a queda desses *scores* nos anos decorrentes em alguns itens. O ano que possuiu a pior conformidade com o CPC foi o ano de 2010, o resultado já era esperado, uma vez que neste ano se deu o início da vigência do CPC 29 no Brasil.

## 5.2 Modelo de Regressão

Por meio do modelo de regressão na equação 1, página 21, buscou-se identificar quais seriam as variáveis que determinam a divulgação das demonstrações conforme CPC 29, conforme representado na tabela 3:

**Tabela 3:** *Value Relevance* para o Index

Variável	Efeitos Fixos		Efeitos Aleatórios	
	Coef.	p-value	Coef.	p-value
$C$	-3890528	0.0047	-0.292421	0.3300
$IAB_{it}$	0.528448	0.5661	1811925	0.0026
$C_{it}$	n/a	n/a	0.385531	0.0100
$TA_{it}$	0.593874	<b>0.0030</b>	0.031289	0.5271
$Audit_{it}$	0.425053	<b>0.0081</b>	0.305745	0.0098
$GI_{it}$	-0.052126	0.5348	-0.010371	0.8984
<b>Teste de Hausman para Efeitos Aleatórios</b>			<b>Chi-Sq.</b>	<b>Prob.</b>
Efeitos Aleatórios em <i>cross-section</i>			23600475	0.0001

Fonte: Eviews

Utilizou-se o teste de *Hausman* para que este pudesse indicar qual o melhor modelo de análise dos dados. Para casos em que haja correlação, a estimação deverá ser realizada pelo modelo de efeito fixo e, para casos contrários, será mais apropriada à utilização do modelo de efeitos aleatórios (NONNENBERG e MENDONÇA, 2005). O teste resultou em uma probabilidade de 0,0001 para os efeitos aleatórios, o que indica que o melhor modelo de análise dos dados é o com efeitos fixos. Este modelo foi considerado como o mais apropriado para a análise dos resultados encontrados, uma vez que o *p-value* rejeita a hipótese  $H_0$  para efeitos aleatórios. Segundo Baltagi (2008, apud CERETTA *et al.*, 2009), o modelo de efeitos fixos é o mais indicado para casos em que o intercepto específico à empresa possa estar correlacionado com uma ou mais variáveis.

No entanto, observa-se que a variável  $C_{it}$ , que indica a concentração de propriedade, não trouxe resultados no modelo de efeitos fixos, uma vez que seus dados possuem os mesmos valores ao longo dos anos, não ocorrendo quaisquer variações nos dados desta variável.

Percebe-se, por meio da tabela 3 acima, que o *p-value* (p-valor) das variáveis  $TA_{it}$  (porta da companhia) e  $Audit_{it}$  (auditoria realizada por *Big Four*) possuem valores abaixo de 0,05. Isso permite concluir que as chances de estas variáveis estarem criticamente relacionadas ao índice de divulgação das notas explicativas é alto, uma vez que o pelos p-valores identificados permitem assumir que há uma margem segura de menos de 5% de chances de erro.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante dos recentes debates quanto à convergência das demonstrações contábeis no cenário mundial e brasileiro, este estudo buscou identificar os determinantes na divulgação das informações contábeis de empresas brasileiras listadas na Bolsa de Valores de São Paulo com base na norma CPC 29.

Baseado na análise da tabela 2, os itens do pronunciamento técnico, em relação as suas normas de divulgação, que obtiveram maiores níveis de conformidade foram os itens 40, que tratam do reconhecimento inicial do ativo biológico e das relações com as mudanças decorrentes do valor justo, menos as despesas de vendas destes ativos, e os itens 41 e 42 que tratam do fornecimento de descrições para cada grupo de ativos biológicos. No entanto, os itens da norma contábil que obtiveram menores *scores* de conformidade foram os itens 54 e 56, que tratam de ativos biológicos mensurados a outro método que não seja a valor justo. A menor incidência destes itens pode ser explicada pelo fato de que a grande maioria das empresas da amostra mensuraram seus ativos a valor justo.

Ainda com base na análise da tabela 2 percebeu-se que as empresas obtiveram *scores* de divulgação mais elevados no ano de 2012, enquanto que no ano de 2010 foi observado um menor nível de obediência, sendo o ano que apresentou os menores *scores* de divulgação, provavelmente devido ao fato de ser o primeiro ano de vigência do pronunciamento técnico 29 nestas empresas.

Conclui-se que as empresas brasileiras ainda não cumprem com as normas de divulgação adequadamente. De forma que a média de conformidade à norma foi de apenas 46,35%, com níveis de obediência que variaram de 0,00% a 96% em relação à norma contábil. O índice de divulgação encontrado levou em consideração 5 diferentes determinantes que poderiam ser responsáveis pelo maior ou menor grau de cumprimento do CPC, onde averiguou-se que o porte de uma empresa e a auditoria das demonstrações realizada por *Big Four* possuem impactos significativamente positivos nas práticas de divulgação das empresas estudadas nas amostras.

Sob o cenário de globalização a qual as empresas se inserem é fundamental a padronização destas informações, para que essas sejam compreendidas por seus usuários, sendo úteis para tomada de decisão. No entanto, os resultados encontrados demonstram que os níveis de conformidade ainda não são os esperados, sendo essencial a atuação mais atenta às exigências por parte dos gestores das entidades analisadas.

O trabalho possui algumas limitações, no que se refere a demonstrações não encontradas no endereço eletrônico da BM&FBovespa ou nos próprios endereços das companhias e demais limitações com relação as empresas não identificadas devido ao nome dado pelo *software* Eikon Reuters®. Ademais limitações incluem que a amostra utilizada para análise é de poucas empresas, brasileiras, e apenas as listadas na BM&FBovespa e encontradas por meio do Eikon Reuters®.

Sugere-se que trabalhos realizados futuramente analisem não somente empresas listadas na bolsa de valores, o que aumentaria, assim, a amostra de análise. Buscando, inclusive, estudar os níveis de conformidade de anos posteriores a 2014, de forma que possa se identificar quaisquer avanços de divulgação ao longo dos anos.

## Referências

- ANGELO, P. H. A. **Redução do IPI em 2012 e a Venda de Veículos**. Faculdade de Tecnologia Senac Pelotas, Rio Grande do Sul – RS, 2013, p. 9.
- BRITO, S. S.; AMBROZINI, M. A. **Impactos da implementação das Normas Internacionais de Contabilidade sobre indicadores financeiros: um estudo das empresas brasileiras com ativos biológicos**. Contabilidade Vista & Revista, v. 24, n. 3, p. 78-102, 2013.
- BURNSIDE, A. **IAS 41 and the forest industry - A study of the forest products companies' perception of the IAS 41 today**. Göteborg University. School of Business, Economics and Law. 2005
- CARVALHO, F.S. DE; PAULO, E; SALES, I.C.H; IKUNO, L.M. **Ativos Biológicos: Evidenciação das Empresas Participantes do Ibovespa**. Custos e @gronegocio on line - v. 9, n. 3 – Jul/Set - 2013.
- CERETTA, P. S. BARBA, F. G. CASARIN, F. KRUEL, M. MILANI, B. **Desempenho Financeiro e a Questão dos Investimentos Sócio-Ambientais**. RGSA – Revista de Gestão Social e Ambiental. Set-Dez. 2009, V.3, Nº 3, p. 72-84.
- COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS. **Pronunciamento Técnico CPC 07 – Subvenções Governamentais**. Disponível em: <http://www.cpc.org.br/>. Acesso em: 26 de março de 2016.
- COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS. **Pronunciamento Técnico CPC 29 – Ativo Biológico e Produto Agrícola**. Disponível em: <http://www.cpc.org.br/>. Acesso em: 24 de agosto de 2015.
- EINSWEILLER, A. C.; FISCHER, A. **Efeitos da aplicação de valor justo no ativo biológico de uma empresa do ramo de celulose e papel**. Revista Catarinense da Ciência Contábil, v. 12, n. 37, p. 24-34, 2013.
- FÁVERO, L. PAULO, L. **Dados em Painel em Contabilidade e Finanças: Teoria e Aplicação**. BBR – Brazilian Business Review, vol. 10, núm. 1, Vitória-ES, jan.-mar. 2013, p. 131-156.
- GERHARDT, T. E.; SILVEIRA, D. T. **Métodos de Pesquisa**. Universidade Federal do Rio Grande do Sul - RS, 1ª Edição, 2009, p. 34.
- Gonçalves, J. C.; BATISTA, B. L. L.; MACEDO, M. A. S.; MARQUES, J. A. V. C. **Análise Do Impacto Do Processo De Convergência Às Normas Internacionais De Contabilidade**

- No Brasil: Um Estudo Com Base Na Relevância Da Informação Contábil.** Revista Universo Contábil, ISSN 1809-3337 Blumenau, v. 10, n. 3, p. 25-43, jul./set., 2014
- GONÇALVES, R.; LOPES, P. **Firm-specific determinants of agricultural financial reporting.** Procedia - Social and Behavioral Sciences, n. 110, pg. 470 – 481, 2014.
- GÜNTHER, H. **Pesquisa Qualitativa Versus Pesquisa Quantitativa: Esta é a Questão?.** Psicologia: Teoria e Pesquisa. Maio-Agos 2006, Vol. 22, n. 2, p. 201-210.
- HOLTZ, L.; ALMEIDA, J. E. F. **Estudo sobre a relevância e a divulgação dos ativos biológicos das empresas listadas na BM&FBOVESPA.** Sociedade, Contabilidade e Gestão, v. 8, n. 2, p. 28-46, 2013.
- LEMES, S.; CARVALHO, L. N. G. **Efeito da convergência das normas contábeis brasileiras para as normas internacionais do IASB.** In: Congresso USP de Controladoria e Contabilidade, 4., 2004, São Paulo. Anais... São Paulo: USP, 2004.
- MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica.** São Paulo: Atlas, 2007.
- MARION, J. C. **Contabilidade Rural.** 13ª Edição. São Paulo: Editora Atlas S.A., 2012.
- MARTINS, G. A.; THEÓPHILO, C. R. **Metodologia da Investigação Científica para Ciências Sociais Aplicadas.** 2ª Edição. São Paulo: Editora Atlas S.A., 2009.
- MARTINS, V. G.; MACHADO, M. A. V.; CALLADO, A. L. C. **Relevância e representação fidedigna na mensuração de ativos biológicos a valor justo por empresas listadas na BM&FBovespa.** Revista Contemporânea de Contabilidade, v. 11, n. 22, p. 163-188, 2014.
- MOLIGA, M. **A nova visão contábil após a lei 11.638/2007.**  
<http://www.contabeis.com.br/artigos/790/a-nova-visao-contabil-apos-a-lei-116382007/>.  
 Acessado em 23 de julho de 2015.
- NIYAMA, J. K.; TIBURCIO, C.A. **Teoria da Contabilidade.** 3ª Edição. São Paulo: Editora Atlas S.A., 2013.
- NONNENBERG, M. J. B. MENDONÇA, M. J. C. **Determinantes dos Investimentos Diretos Externos em Países em Desenvolvimento.** Est. Econ., São Paulo, V. 35, N. 4, p. 631-655, Outubro-Dezembro 2005.
- PIRES, A. RODRIGUES, F. **Necessidade de Adaptar e Ajustar a IAS 41 ao Setor Agrícola Português.** Revista Universo Contábil, ISSN 1809-3337, Blumenau, v. 4, n. 1, p. 126-140, jan./mar. 2008.



PRATES, M. **Os números que mostram o poder do agronegócio brasileiro.**

<http://exame.abril.com.br/economia/noticias/os-numeros-que-mostram-o-poder-do-agronegocio-brasileiro>. Acessado em 23 de julho de 2015.

RECH, I. J.; OLIVEIRA, K. G. **Análise da Aplicação da CPC 29 e IAS 41 aos Ativos Biológicos no Setor de Silvicultura.** Congresso ANPCONT, 2011.

RECH, I. J.; PEREIRA, I. V.; OLIVEIRA, J. R. **Impostos diferidos na atividade pecuária originados da avaliação dos ativos biológicos pelo valor justo: Um estudo de seu reconhecimento e evidência nas maiores propriedades rurais do estado do Mato Grosso.** Revista Universo Contábil, v. 4, n. 2, 2008.

SALOTTI, B. M.; SANTOS, A. **Ativos Biológicos na DVA: Análise da divulgação no Brasil.** Revista de Contabilidade e Organizações, 23, p. 14-23, 2015.

SCHERCH, C. P.; NOGUEIRA, D. R.; OLAK, P. A.; CRUZ, C. V. O. A. **Nível de Conformidade do CPC 29 nas Empresas Brasileiras: Uma Análise com as Empresas de Capital Aberto.** RACE, Unoesc, v. 12, p. 459-490, jul. /dez. 2013.

SILVA FILHO, A. C. C.; MARTINS, V. G.; MACHADO, M. A. V. **Adoção do valor justo para os ativos biológicos: análise de sua relevância em empresas brasileiras.** Revista Universo Contábil, v. 9, n. 4, p. 110-127, 2013.

SILVA, R. L. M.; FIGUEIRA, L. M.; PEREIRA, L. T. O. A.; RIBEIRO, M. S. **CPC 29: Uma análise dos requisitos de divulgação entre empresa de Capital Aberto e fechado do setor de agronegócios.** Sociedade, Contabilidade e Gestão, v. 8, n. 1, p. 26-49, 2013.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação.** São Paulo: Atlas, 1987.

WANDERLEY, C. A. N.; SILVA, A. C.; LEAL, R. B. **Tratamento Contábil de Ativos Biológicos e Produtos Agrícolas: uma Análise das Principais Empresas do Agronegócio Brasileiro.** Pensar Contábil, v. 14, n. 53, p. 53-62, 2012.

Yoshitake, M.; Tinoco, J.E.P.; Horta, R.A.M.; Fraga, M.S. **O custo do ativo biológico e produto agrícola: estudo de caso da Sanco S.A. usina de açúcar e álcool.** Custos e @gronegócio on line - v. 11, n. 1 – Jan/Mar – 2015.

COSTA, J.A.; THEÓPHILO, C. R.; YAMAMOTO, M. M. **A Aderência dos Pronunciamentos Contábeis do CPC às Normas Internacionais de Contabilidade.**

Contabilidade, Gestão e Governança, v. 15, n. 2, p. 110, mai/ago, 2012. Brasília

ZANIN, A.; DALLASTRA, P. R.; DALLASTRA, E.; GUBIANI, C. A.; OENNING, V.

**Análise Comparativa da Mensuração entre a Lei 6.404/76 e a Aplicação do CPC 29 em**

**uma Propriedade Rural.** XIX Congresso Brasileiro de Custos – Bento Gonçalves, RS, Brasil, 12 a 14 de novembro de 2012.

MARTINS, E.; MARTINS, V. A.; MARTINS, E.A. **Normatização Contábil: Ensaio Sobre sua Evolução e o Papel do CPC.** RIC/UFPE – Revista de Informação Contábil. V. 1, nº 1, p. 7-30, set-2007.

BOVESPA – Bolsa de Valores de São Paulo. **Empresas listadas.** Disponível em: <http://www.bmfbovespa.com.br/>. Acessado em 14 de dezembro de 2015.

COSTA, T. A.; ALMEIDA, S. R. V.; SILVA, A. H. C.; LAURENCEL, L. C. **Análise dos Impactos das Normas Internacionais de Contabilidade sobre o Lucro Líquido e o Patrimônio Líquido das Empresas do Setor de Extração e Processamento de Recursos Naturais.** Revista de Contabilidade de Mestrado em Ciências Contábeis da UERJ (online), Rio de Janeiro, v. 16, n. 3, p. 136 – 156, set./dez., 2011. ISSN 1984-3291.